

Soares Penido Concessões S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2014 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. AOS ACIONISTAS

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração acompanhado das demonstrações financeiras da Soares Penido Concessões S.A. (“SP Concessões” ou “Companhia”), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

2. CONTEXTO OPERACIONAL

A SP Concessões tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins.

A SP Concessões é uma empresa nascida do empreendedorismo do Sr. Pelerson Soares Penido. A visão de futuro com a qual ele era dotado levou-o a participar da licitação para a concessão da Rodovia Presidente Dutra em 1996. Nascia então um ramo de negócio extremamente promissor. Atualmente, a Companhia possui participação direta nas controladas em conjunto CCR S.A. de 11,93% e 23,28% na Companhia Operadora de Rodovias - COR, além de uma participação de 22,82% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER.

A CCR S.A. é uma “holding” cujo objeto social a permite atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária, aeroportuária e outras atividades que estejam ligadas a estas, bem como a participar em outras sociedades. A COR possui como principal operação a prestação de serviços relacionados à operação de rodovias e o COPER, prestação de serviços de operação da Rodovia Presidente Dutra BR-116/RJ/SP.

Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR S.A. pretende concorrer em novas concessões, por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas - PPPs dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como em aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar novas oportunidades no mercado internacional, assim como em concessões metroviárias, urbanas e aeroportuárias.

3. MERCADO DE ATUAÇÃO

A partir de 1994, os Governos Federal e Estaduais estabeleceram programas de concessões, entre eles, o programa de concessão de rodovias, cujo modelo possibilita a obtenção de recursos por meio da cobrança de pedágio para a recuperação e o desenvolvimento da malha rodoviária brasileira. Grande parte dos recursos destinados à modernização e ampliação das rodovias é oriunda de empréstimos de longo prazo, concedidos pelos sistemas financeiros nacional e estrangeiro, bem como investimentos diretos do setor privado.

Restrições orçamentárias dos Governos Federal e Estaduais e regulamentações, como a das PPPs, aprovadas no Congresso Nacional ao final de 2004, continuam a indicar a existência de oportunidades de crescimento e possibilidades de expansão no nosso mercado de atuação por meio de novas licitações.

4. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Resultado Operacional

A equivalência patrimonial em 2014 foi de R\$ 159.394 em comparação aos R\$ 159.870 de 2013. Essa ligeira diminuição é explicada, principalmente, por conta do desempenho operacional da controlada em conjunto CCR S.A. que apresentou incremento no tráfego em 2,5% e da tarifa média em 3,4% e, por outro houve a adição de custos pelos novos negócios (Metrô Bahia, MS Via e BH Airport), além de piora no resultado financeiro líquido da controlada em conjunto.

Resultado Financeiro

No ano 2014, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 36.911, comparado a um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 45.264 em 2013. Esse resultado deveu-se, principalmente, à redução dos juros sobre debêntures, em virtude da amortização do principal.

Lucro do exercício

Em 2014, o lucro do exercício foi de R\$ 144.967 e em 2013, R\$ 136.682, apresentando um aumento de 6,06% em relação a 2013. Esse aumento deveu-se, principalmente, à redução das taxas de juros citadas anteriormente.

Dívida

Em 2014, a dívida com debêntures diminuiu 69,91% em relação ao ano 2013, passando de R\$ 262.233 para R\$78.904, devido a amortizações ocorridas no ano.

5. DESTAQUES DO ANO 2014

CCR S.A

- Em 12 de março: assinatura do contrato de concessão da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (MS Via) por um prazo de 30 anos, a partir de 11 de abril de 2014.
- Em 07 de abril: assinatura do contrato de concessão da Concessionária do Aeroporto de Confins S.A. (BH Airport) por um prazo de 30 anos, a partir de 7 de maio de 2014.

- Em 25 de setembro: assinatura de contrato de compra e venda de ações para aquisição de 1,75% das ações do VLT Carioca detidas pela Benito Roggio Transporte Sociedad Anónima pelos demais acionistas da Concessionária.

6. AGRADECIMENTOS

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, aos acionistas, às instituições governamentais, aos financiadores, aos prestadores de serviços e a todos os colaboradores da SP Concessões.

São Paulo, 27 de março de 2015

A Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Soares Penido Concessões S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Soares Penido Concessões S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soares Penido Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, pois sua apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de março de 2015



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



João Rafael Belo de Araújo Filho
Contador
CRC nº 1 SP 246752/O-6

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.664	49.350	Debêntures	7	1.671	4.770
Contas a receber - partes relacionadas	8	5.076	4.765	Fornecedores		2.964	1.578
Impostos a recuperar		6.601	4.953	Impostos e contribuições a recolher		321	858
Outros		<u>23</u>	<u>19</u>	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	8	2.185	1.845
Total do ativo circulante		<u>24.364</u>	<u>59.087</u>	Dividendos e juros sobre o capital próprio	11 c)	190.258	128.187
				Cessão de direitos creditórios		8.634	10.256
NÃO CIRCULANTE				Outros		<u>-</u>	<u>346</u>
Investimentos	5	990.378	987.910	Total do passivo circulante		<u>206.033</u>	<u>147.840</u>
Intangível	6	6.965	8.095				
Outros		<u>109</u>	<u>116</u>	NÃO CIRCULANTE			
Total do ativo não circulante		<u>997.452</u>	<u>996.121</u>	Debêntures	7	77.233	257.463
				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	9	73	89
				Provisão para passivo a descoberto	5	<u>96</u>	<u>19</u>
				Total do passivo não circulante		<u>77.402</u>	<u>257.571</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	11 a)	307.971	307.971
				Reservas de lucros	11 b)	413.492	334.955
				Ajuste de avaliação patrimonial		19.884	9.607
				Ágio em transação de capital		<u>(2.966)</u>	<u>(2.736)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>738.381</u>	<u>649.797</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.021.816</u>	<u>1.055.208</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.021.816</u>	<u>1.055.208</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
RECEITA DE SERVIÇOS	12	57.412	55.932
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Serviços		(12.735)	(12.270)
Custo com pessoal		(12.784)	(13.562)
Materiais, equipamentos e veículos		(4.112)	(4.395)
Outros		<u>(36)</u>	<u>(330)</u>
		(29.667)	(30.557)
LUCRO BRUTO		<u>27.745</u>	<u>25.375</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Serviços		(1.190)	(466)
Outras		(4.071)	(2.833)
Resultado de equivalência patrimonial	5	<u>159.394</u>	<u>159.870</u>
		154.133	156.571
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>181.878</u>	<u>181.946</u>
RECEITAS FINANCEIRAS			
Rendimento sobre aplicações financeiras		2.647	2.813
Juros e outras receitas financeiras		<u>422</u>	<u>264</u>
		3.069	3.077
DESPESAS FINANCEIRAS			
Juros sobre debêntures		(38.832)	(47.390)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras		<u>(1.148)</u>	<u>(951)</u>
		(39.980)	(48.341)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(36.911)</u>	<u>(45.264)</u>
LUCRO DO EXERCÍCIO		<u>144.967</u>	<u>136.682</u>
Lucro por ação - básico e diluído (em reais - R\$)		0,54	0,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
LUCRO DO EXERCÍCIO	144.967	136.682
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado - em controlada em conjunto	(657)	1.138
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado - em controlada em conjunto	<u>10.934</u>	<u>8.112</u>
	10.277	9.250
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u><u>155.244</u></u>	<u><u>145.932</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Ágio em transação de capital	Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		307.971	21.010	209.725	357	(2.736)	-	536.327
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	9.250	-	136.682	145.932
Destinações:								
Reserva legal		-	6.834	-	-	-	(6.834)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(32.462)	(32.462)
Reserva de retenção de lucros		-	-	97.386	-	-	(97.386)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		307.971	27.844	307.111	9.607	(2.736)	-	649.797
Aumento de participação na controlada RodoAnel Oeste	11 d)	-	-	-	-	(230)	-	(230)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	10.277	-	144.967	155.244
Dividendos Intermediários	11 c)	-	-	(32.000)	-	-	-	(32.000)
Destinações:								
Reserva legal		-	7.248	-	-	-	(7.248)	-
Dividendo obrigatórios		-	-	-	-	-	(34.430)	(34.430)
Reserva de retenção de lucros		-	-	103.289	-	-	(103.289)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>307.971</u>	<u>35.092</u>	<u>378.400</u>	<u>19.884</u>	<u>(2.966)</u>	<u>-</u>	<u>738.381</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do exercício	144.967	136.682
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.132	1.132
Juros sobre debêntures e diretos creditórios	39.921	48.284
Constituição e reversão de provisão para riscos	(16)	12
Equivalência patrimonial	(159.394)	(159.870)
(Aumento) redução dos ativos:		
Contas a receber - partes relacionadas	(311)	838
Impostos a recuperar	(1.648)	(1.143)
Outros	3	85
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	1.386	(840)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	340	(1.354)
Impostos e contribuições a recolher	(537)	185
Outros	(346)	2.357
Juros pagos	(30.297)	(36.644)
Recebimento de dividendos	<u>167.050</u>	<u>155.275</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>162.250</u>	<u>144.999</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de principal das debêntures	(181.320)	(100.025)
Pagamento de direitos creditórios	(13.255)	(10.621)
Pagamento de dividendos	<u>(4.361)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(198.936)	(110.646)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(36.686)</u>	<u>34.353</u>
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	49.350	14.997
No final do exercício	12.664	49.350
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(36.686)</u>	<u>34.353</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
RECEITAS			
Receitas de serviços	12	61.596	60.155
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		(19.295)	(17.753)
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>42.301</u>	<u>42.402</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		(1.132)	(1.132)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA COMPANHIA		<u>41.169</u>	<u>41.270</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA			
Resultado de equivalência patrimonial	5	159.394	159.870
Receitas financeiras		3.069	3.077
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		<u>203.632</u>	<u>204.217</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Empregados:			
Remuneração direta		7.521	6.707
Benefícios		4.305	4.361
FGTS		478	469
Outras		25	24
Tributos:			
Federais		6.178	6.248
Remuneração de terceiros:			
Juros		39.973	48.284
Outros		185	1.442
Remuneração de capital próprio:			
Dividendos		34.430	32.462
Lucros retidos do exercício		110.537	104.220
		<u>203.632</u>	<u>204.217</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Soares Penido Concessões S.A. (“SP Concessões” ou “Companhia”) tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins.

A SP Concessões tem controle conjunto nas seguintes entidades: CCR S.A., com participação direta de 11,93%; e Companhia Operadora de Rodovias - COR, com 23,28%. Adicionalmente, a Companhia possui uma operação em conjunto com o Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER, com 22,82%.

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura é a principal contribuição da CCR S.A. para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A CCR S.A. é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR S.A. permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a estas, bem como participar em outras sociedades.

Atualmente, a CCR S.A. é responsável por 3.285,48 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná e Mato Grosso do Sul, sendo que em 3.194,90 quilômetros é responsável pela administração e em 90,58 quilômetros apenas pela conservação e manutenção. As rodovias do Grupo CCR estão sob a gestão das concessionárias CCR Ponte, CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBAn, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel Oeste, CCR SPVias, CCR MSVia, Renovias e ViaRio.

Além da atuação em concessões rodoviárias, a CCR S.A. busca investimentos em outros negócios correlatos. Exemplo disso são as participações, diretas ou indiretas, na ViaQuatro (Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo), Metrô Bahia (Metrô de Salvador - Lauro de Freitas), STP (Serviços de Pagamento Automático de Pedágios e de Estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre), SAMM (transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas implantadas ao longo de rodovias e Linha 4 do Metrô), Barcas (transporte aquaviário de passageiros), VLT Carioca (transporte de passageiros por meio de Veículos Leves sobre Trilhos), BH Airport (Aeroporto Internacional Tancredo Neves) e Quiport, Aeris e CAP (operadores dos Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao, respectivamente).

2. BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária e incorporam os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, quando requerido. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 incluem a participação do percentual de 22,82% no COPER – Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra, segregada por grupo de contas, conforme segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
ATIVO		
<u>Ativo circulante</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.934	17
Contas a receber – partes relacionadas	5.075	4.765
Impostos a recuperar	178	175
Outros	<u>23</u>	<u>19</u>
Total do ativo circulante	<u>7.210</u>	<u>4.976</u>
<u>Não circulante</u>		
Outros	84	90
PASSIVO		
<u>Circulante</u>		
Fornecedores	2.928	1.578
Impostos e contribuições a recolher	318	852
Fornecedores – partes relacionadas	2.184	1.845
Cessão de direitos creditórios	8.634	10.256
Outras contas a pagar	<u>-</u>	<u>348</u>
Total do passivo circulante	<u>14.064</u>	<u>14.879</u>
<u>Não circulante</u>		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17	33

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Bases de consolidação de empreendimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de empreendimentos controlados em conjunto (consórcios) são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir. As demonstrações financeiras de controladas em conjunto (empreendimentos que a Companhia controla, direta ou indiretamente, em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual) são reconhecidas nas demonstrações financeiras através do método de equivalência patrimonial.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos e passivos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

d) Ativos intangíveis

A Companhia possui ágio resultante da aquisição de participação em consórcio que está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e incluído nos ativos intangíveis deduzidos, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. O ativo intangível possui vida útil definida e tem seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor.

e) Redução ao valor recuperável de ativos

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução ao valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, essa recuperação é registrada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o novo valor recuperável do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

g) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

h) Receitas de serviços

As receitas operacionais são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

i) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e as mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados por meio do resultado do exercício e das variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, as variações monetárias sobre passivos financeiros e as mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual), para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

k) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício pela quantidade de ações ao final do exercício, e o resultado por ação diluído com base na média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

l) Demonstração do valor adicionado

Foi elaborada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

m) “International Financial Reporting Standards - IFRS” - normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas pelo CPC

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2014 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicadas antecipadamente pela Companhia e suas investidas, nas demonstrações financeiras pra o exercício em 31 de dezembro de 2014. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos- Contribuições dos empregados	Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado	(a)
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes	(c)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hegde</i>	(d)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014;
- (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;
- (c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;
- (d) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, listados as seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Nova interpretação - IFRIC 21 - Tributos	Aborda sobre quando reconhecer uma obrigação relativa a tributos	(a)
Alterações à IAS 32 - Instrumentos financeiros compensação de ativos e passivos financeiros	Esclarece as exigências relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros.	(a)
Alterações à IAS 36 - Divulgações do valor recuperável de ativos não financeiros	Excluem a exigência de divulgação do valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), para a qual o ágio ou outros ativos intangíveis, com vidas úteis indefinidas, foram alocados, quando não houver redução ao valor recuperável ou reversão da redução ao valor recuperável da correspondente UGC	(a)
Alterações à IAS 39 - Instrumentos financeiros: novação de derivativos e continuação da contabilização do "hedge"	Trazem a injeção da exigência de descontinuidade da contabilização de <i>hedge</i> quando um derivativo, designado como instrumento de <i>hedge</i> , é novado sob determinadas circunstâncias	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e bancos	11	14
Aplicações financeiras	<u>12.653</u>	<u>49.336</u>
Total	<u>12.664</u>	<u>49.350</u>

5. INVESTIMENTO E PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Patrimônio líquido da investida ajustado	3.496.130	3.475.447
Participação	<u>11,93%</u>	<u>11,93%</u>
Investimento	417.145	414.677
Ágio (*)	<u>573.233</u>	<u>573.233</u>
Investimento - CCR S.A.	<u>990.378</u>	<u>987.910</u>
Patrimônio líquido da investida	(410)	(80)
Participação	<u>23,28%</u>	<u>23,28%</u>
Provisão para passivo a descoberto – COR	<u>(96)</u>	<u>(19)</u>

(*) Ágio - CCR S.A.

O ágio foi gerado na Companhia mediante incorporação de acervo líquido em exercícios anteriores da Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng Civilsan) e incorporação de acervo líquido da Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda. (Aguilha) e Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda. (SP Realizações). O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura com base na projeção da capacidade de geração de lucros futuros desse investimento.

A Administração da Companhia mantém controles para avaliação da rentabilidade dos investimentos incorporados, os quais são revisados pelo menos anualmente, como forma de avaliar se os planos e prazos de recuperação mantêm-se de acordo com as expectativas.

<u>Movimentação dos saldos</u>	<u>CCR S.A.</u>	<u>COR</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	974.103	(57)	974.046
Resultado de equivalência patrimonial	159.832	38	159.870
Dividendos distribuídos por controlada	(155.275)	-	(155.275)
Ajustes de avaliação patrimonial	9.250	-	9.250
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>987.910</u>	<u>(19)</u>	<u>987.891</u>
Resultado de equivalência patrimonial	159.471	(77)	159.394
Dividendos distribuídos por controlada	(167.050)	-	(167.050)
Ajustes de avaliação patrimonial	10.277	-	10.277
Outros	(230)	-	(230)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>990.378</u>	<u>(96)</u>	<u>990.282</u>

O investimento na controlada em conjunto CCR S.A., se valorizado a mercado com base na última cotação das ações na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo em 31 de dezembro de 2014, apresenta um valor de R\$3.246.319 (R\$3.743.483 em 29 de dezembro de 2013).

Informações resumidas dos investimentos:

	2014		2013	
	<u>CCR S.A.</u>	<u>COR</u>	<u>CCR S.A.</u>	<u>COR</u>
Quantidade de ações possuídas	210.663.128	50.000	210.663.128	50.000
Percentual de participação	11,93%	23,28%	11,93%	23,28%
Caixa e equivalentes de caixa	1.588.647	480	1.265.675	54
Outros ativos	<u>942.399</u>	<u>9.580</u>	<u>559.240</u>	<u>9.067</u>
Ativo circulante	2.531.046	10.060	1.824.915	9.121
Ativo não circulante	<u>14.692.130</u>	<u>3.047</u>	<u>12.208.095</u>	<u>2.959</u>
Ativo	<u>17.223.176</u>	<u>13.107</u>	<u>14.033.010</u>	<u>12.080</u>
Passivos financeiros circulantes (*)	3.497.164	103	2.337.609	24
Outros passivos	<u>1.016.867</u>	<u>10.715</u>	<u>1.008.690</u>	<u>10.316</u>
Passivo circulante	<u>4.514.031</u>	<u>10.818</u>	<u>3.346.299</u>	<u>10.340</u>
Passivos financeiros não circulantes (*)	7.083.047	-	6.011.787	-
Outros passivos	<u>1.955.885</u>	<u>2.700</u>	<u>1.189.383</u>	<u>1.819</u>
Passivo não circulante	<u>9.038.932</u>	<u>2.700</u>	<u>7.201.170</u>	<u>1.819</u>
Passivo	<u>13.552.963</u>	<u>13.518</u>	<u>10.547.469</u>	<u>12.159</u>
Patrimônio líquido	<u>3.670.213</u>	<u>(411)</u>	<u>3.485.541</u>	<u>(79)</u>
Receita líquida	7.397.194	5.033	6.016.558	4.902
Depreciação e amortização	(694.494)	-	(565.113)	-
Receitas financeiras	430.466	142	245.593	96
Despesas financeiras	(1.325.940)	(1.055)	(878.557)	(1.055)
Outros	(3.839.550)	(4.555)	(2.726.427)	(3.691)
Resultado das operações continuadas antes dos impostos	1.967.676	(435)	2.092.054	252
Imposto de renda e contribuição social	<u>(617.983)</u>	<u>103</u>	<u>(724.170)</u>	<u>(88)</u>
Lucro das operações continuadas	1.349.693	(332)	1.367.884	164
Outros resultados abrangentes	88.471	-	73.420	-
Resultado abrangente total	<u>1.438.164</u>	<u>(332)</u>	<u>1.441.304</u>	<u>164</u>
Dividendos ou distribuição de lucros recebidos	1.399.979	-	1.301.209	-

	2014		2013	
	<u>CCR S.A.</u>	<u>COR</u>	<u>CCR S.A.</u>	<u>COR</u>
<u>Compromissos</u>				
Compromissos com o poder concedente	1.168.154	-	1.420.766	-
Compromissos relativos às concessões	12.446.602	-	4.744.098	-
Outorga variável e obras a executar	10.935	-	10.343	-
Contribuição fixa – BH Airport	1.949.780	-	-	-

(*) Refere-se a empréstimos, financiamentos, debêntures, “leasing”, “hedge” e mútuos com partes relacionadas.

Reconciliação do patrimônio e lucro do exercício – CCR S.A.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Ajustes no patrimônio</u>		
Patrimônio líquido	3.670.213	3.485.541
Patrimônio líquido dos acionistas dos não controladores	<u>(201.210)</u>	<u>(49.523)</u>
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	3.469.003	3.436.018
Baixa/reversão do ativo diferido	<u>27.127</u>	<u>39.429</u>
Patrimônio líquido da investida ajustado	<u>3.496.130</u>	<u>3.475.447</u>
<u>Ajustes no resultado do exercício</u>		
Lucro das operações continuadas	1.349.693	1.367.884
Resultado do exercício atribuível aos acionistas não controladores	<u>(852)</u>	<u>(16.893)</u>
Resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores	1.348.841	1.350.991
Baixa/reversão da amortização do ativo diferido	<u>(12.302)</u>	<u>(11.420)</u>
Lucro do exercício da investida ajustado	<u>1.336.539</u>	<u>1.339.571</u>

6. INTANGÍVEL

Refere-se ao ágio gerado na Companhia mediante aquisição de direitos sobre o contrato do COPER efetuado pelos antigos cotistas da Aguilha e incorporação de acervo líquido da SP Realizações. Esse ágio é amortizado pelo prazo do contrato entre o COPER e a CCR NovaDutra pela curva de benefício econômico ou linear.

A Administração da Companhia mantém controles para avaliação da rentabilidade dos investimentos incorporados, os quais são revisados pelo menos anualmente, como forma de avaliar se os planos e prazos de recuperação mantêm-se de acordo com as expectativas.

7. DEBÊNTURES

<u>Série</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva</u>	<u>Custos de transação incorridos</u>	<u>Saldos dos custos a apropriar</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
1ª emissão série única	100% do CDI + 2,4% a.a.	0,204% a.a.	3.680	467	Outubro de 2018	<u>78.904</u>	<u>262.233</u>
<u>Circulante</u>							
Debêntures						1.680	4.798
Custos de transação						<u>(9)</u>	<u>(28)</u>
Total						<u>1.671</u>	<u>4.770</u>

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	2014	2013
<u>Não circulante</u>							
Debêntures						77.691	258.993
Custos de transação						(458)	(1.530)
Total						<u>77.233</u>	<u>257.463</u>

O cronograma de desembolsos do passivo não circulante é conforme segue:

2018	77.691
(-) Custos a apropriar	(458)
Total	<u>77.233</u>

Em 15 de setembro de 2010 a Companhia emitiu 60 debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, de espécie subordinada a ser convolada em espécie com garantia real, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 e valor total de emissão de R\$ 600.000.

A Companhia pode, a seu exclusivo critério e sem necessidade de aprovação prévia dos debenturistas, antecipar total ou parcialmente o pagamento de quaisquer parcelas da amortização e/ou juros remuneratórios. Utilizando-se dessa opção, a Companhia em 2010 antecipou os pagamentos com vencimentos em 2013 e 2014; em 2012, os pagamentos com vencimentos em 2015 e, parcialmente, os de 2016; e em 2013, os pagamentos com vencimento em 2016 e, parcialmente, em 2017; e em 2014, os pagamentos com vencimento em 2017 e, parcialmente, em 2018.

As garantias concedidas às debêntures são:

- Penhor das ações da CCR S.A. de propriedade da Companhia.
- Cessão fiduciária dos direitos ao recebimento de quaisquer proventos, dividendos, juros sobre o capital próprio e quaisquer outros recursos gerados pela propriedade das ações da CCR S.A.

De acordo com a escritura não haverá repactuação das debêntures e determinadas condições, garantias e restrições em relação à solvência e reestruturação societárias devem ser atendidas. A Administração monitora essas exigências de forma sistemática e constante, de forma que tais exigências vêm sendo cumpridas regularmente pela Companhia.

8. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos nessas datas, relativos às operações com partes relacionadas referem-se a prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de controlada indireta, subsidiária da controlada em conjunto CCR S.A. estão apresentados a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Ativo</u>		
Contas a receber - partes relacionadas	5.076	4.765
<u>Passivo</u>		
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	2.185	547
<u>Resultado</u>		
Receita de serviços	61.596	60.155
Custos dos serviços prestados	(15.039)	(14.465)
Despesas administrativas	(633)	(594)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve remuneração para a Administração.

9. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui um processo tributário de R\$56 que a Administração entende como provável de perda e R\$ 17 de outros processos de natureza trabalhista referente à participação no COPER.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014 o COPER possui causas com diagnóstico de perda classificada como possível, não tendo sido, contabilizadas provisões para riscos de R\$ 29 de processos trabalhistas (R\$ 37 em 2013) e R\$ 34 de processos tributários (R\$ 26 em 2013).

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	144.967	136.682
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(49.289)	(46.472)
Efeito tributário das adições e exclusões:		
Equivalência patrimonial	54.194	54.356
Outros ajustes, líquidos	<u>(4.905)</u>	<u>(7.884)</u>
Despesa com impostos correntes	<u>=====</u>	<u>=====</u>

b) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de R\$141.583 (R\$127.752 em 31 de dezembro de 2013), que poderão ser compensados nos próximos exercícios, limitados a 30% do lucro tributável anual, sem prazo de prescrição. Não foram constituídos créditos fiscais diferidos pela incerteza na geração de lucros tributários futuros.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o capital social da Companhia era de R\$307.971, representado por 268.373.457 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro do exercício apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É constituída tendo em vista a distribuição futura de dividendos após a liquidação das debêntures e será submetida à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2014.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações. Dessa forma, a Administração da Companhia está propondo a retenção total do lucro líquido ajustado, depois das destinações de reserva legal, dividendos propostos para a rubrica “Reserva de retenção de lucros”.

d) Ágio em transação de capital

Em 30 de abril e em 4 de novembro de 2014, a CCR aumentou o capital social de sua controlada RodoAnel Oeste, passando sua participação de 98,5714% para 98,8034%. O capital foi aumentado com capitalização de AFAC, com mútuos em aberto com a CCR e em caixa, dos quais R\$ 1.921 (R\$ 230 no percentual da Companhia) foram alocados como Ágio em transação de capital.

As reservas de retenção de lucros e os dividendos declarados serão submetidos à aprovação dos acionistas na próxima Assembléia Geral em abril de 2015.

12. RECEITA DE SERVIÇOS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita bruta de serviços (a)	61.596	60.155
Impostos	<u>(4.184)</u>	<u>(4.223)</u>
Receita líquida	<u>57.412</u>	<u>55.932</u>

(a) MRefere-se prestação de serviços de operação da Rodovia Presidente Dutra - BR 116/RJ/SP, mediante contrato com a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco, tampouco efetua operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2014			2013		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<u>Ativos</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	12.664	-	-	49.350	-	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	5.076	-	-	4.765	-
Outros	-	23	-	-	19	-
<u>Passivos</u>						
Debêntures	-	-	78.904	-	-	262.233
Fornecedores	-	-	2.964	-	-	862
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	2.185	-	-	547
Outras	-	-	-	-	-	2.360

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor:

- Caixa e equivalentes de caixa - são definidas como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil, os quais estão qualificados no nível 2. Na hierarquia de valor justo, com “inputs”, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Contas a receber de partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar - os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- Debêntures mensuradas ao custo amortizado. Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os quais estão qualificados no nível 2, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2014		2013	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Debêntures	78.904	79.371	262.233	263.791

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2015.

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Efeito no resultado</u>		
			<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A 25%</u>	<u>Cenário B 50%</u>
Debêntures	Aumento do CDI	(79.371)	(9.183)	(11.477)	(13.779)
Aplicações financeiras	Redução do CDI	12.653	1.464	1.830	2.197

14. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião da Administração realizada em 27 de março de 2015, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 estando aprovadas para divulgação.

Diretoria

Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna
Diretora-Presidente

Edmar Brigueli
Contador CRC 1 SP 161770/O-6